



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
ITAJOBÍ- ESTADO DE SÃO PAULO

Pregão Presencial nº 062/2022
Processo nº 3644/2022

A SUPERARMED EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 23.643.895/0001-88, com sede em Embu das Artes, na Rua Pola da Rezende, nº 11, Bairro: Cercado Grande, CEP 06804-070, no Estado de São Paulo, por seu representante legal infra-assinado, vem mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Senhoria, vem mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Senhoria, **TEMPESTIVAMENTE**, com fulcro no no art. 41, §1º e 2º da Lei 8.666/93, art. 12 do Decreto nº 3.555/00 e item 3.2 do aludido edital e apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO** pelos motivos e razões que passamos a aduzir :

I – DO OBJETO

O presente Pregão tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO COM ENTREGA PARCELADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme especificações deste instrumento convocatório e seus anexos.

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br

II- DO MÉRITO

a) DO CRITÉRIO DE MODALIDADE DE PREGÃO

A Constituição Federal determina que a Administração Pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de modo que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas das condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Normatizando a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 8.666/93, o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, revogou o Decreto Federal nº 5.450/2005, e foi recepcionado integralmente no âmbito DF pelo Decreto nº 40.205, de 30 de outubro de 2019, passando a regulamentar a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispôs, ainda, sobre o uso da dispensa eletrônica.

O novo decreto trouxe, em especial, as seguintes determinações:

- Obrigatoriedade na utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e adoção do sistema de dispensa eletrônica (art. 1º, § 1º), ressalvadas hipóteses justificadas e comprovadas da inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica (art. 1º, § 4º);

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br

Podemos citar um recente Acórdão pacificado do Tribunal de Contas da União:

(...)Quando cabível a utilização da modalidade pregão, é irregular o uso do pregão presencial sem a comprovação da inviabilidade técnica da utilização da forma eletrônica (art. 1º, § 4º, do Decreto 10.024/2019) .Acórdão 4958/2022-Primeira Câmara / Relator: AUGUSTO SHERMAN

Diante do que foi exposto peço que o Município de Nova Granada realize o Pregão de forma presencial, e se não foi possível justificar a inviabilidade técnica da utilização da forma eletrônica.

b) DA AUSENCIA DE SOLICITAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DA EMPRESAS POSSUIREM REGISTRO PERANTE O CONSELHO DE FISIOTERAPIA- CREFITO

Considerando que o profissional qualificado para instruir, treinar, manusear equipamentos para suporte respiratório como Cpap, Bipap, Ventilador Mecânico ou Concentrador de Oxigênio, é o profissional fisioterapeuta conforme a resolução do COFFITO nº 318 de 30/08/2006 e art. 3º da resolução 400 de 03/08/2011.

Contudo, verificou-se que não é solicitada a documentação e o Registro da empresa na do profissional competente (CREFITO), a fim de atender as resoluções supracitadas de forma correta e pertinente aos serviços que serão prestados para todos os itens. Devendo ser solicitado:

1. Certificado de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Fisioterapia;
2. Declaração de Regularidade para funcionamento expedida pelo CREFITO

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br

atestando a responsabilidade técnica;

3. A CONTRATADA deverá possuir em seu quadro permanente, profissional fisioterapeuta devidamente reconhecido pelo Conselho Regional da categoria;

Ressaltamos que sendo acatadas as sugestões elencadas tem o principal objetivo consagrar os princípios da legalidade, igualdade e eficiência, proporcionando aos munícipes uma prestação de serviço qualificada, e principalmente oferecer um SERVIÇO com segurança para garantir a qualidade de vida do munícipe.

c) DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As exigência edilícia prevista na Item 8.10.1 .no que tange a qualificação técnica são preocupantes, causa uma enorme insegurança jurídica, aonde está sendo solicitado documento não pertencente ao rol de documentos habilitatórios previsto na Lei de Licitações.

Primeiramente, vale ressaltar que o objeto principal da licitação são locações de concentrador de oxigênio. Ainda, nesse sentido, que a exigência da alínea 1.1.1 - Caso a licitante seja apenas a distribuidora dos gases medicinais, deverá apresentar além da autorização do item 1.1 acima, o contrato/documento de que está autorizada a fazer a distribuição dos gases medicinais”, não condiz com a legislação vigente, pois a licitante ao apresentar o contrato com seu fornecedor, existe cláusulas sigilosas não sendo permitida por força contratual sua divulgação, sendo assim, tal exigência não tem amparo legal, solicitamos a exclusão desta exigência, solicitando se a licitante vencedora for empresa distribuidora/revendedora apresentar declaração que permite apresentação da AFE para fins licitatórios.

Não há precedentes jurídicos para que se justifique apresentar um contrato de um fornecedor para uma empresa interessada participar de alguma licitação, esta exigência solicitada pela multinacional que impugnou este certame anteriormente está totalmente

EQUIVOCADA. Um contrato com um fornecedor não faz parte de DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO.

Considerando a súmula 15 do TCESP:

“Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa”

Desta maneira, a licitante ao apresentar um contrato de fornecimento entre ela e fabricante, causa uma insegurança jurídica, além das cláusulas de sigilo entre a partes, não se pode embasar em um contrato de terceiros para firmar um contrato entre a licitante e a administração pública. Uma vez que já está sendo solicitado atestado de capacidade técnica onde comprova que a licitante está apta para prestar os serviços em questão.

Em edital publicado pela Prefeitura de Monte mor, referente ao Pregão Presencial nº 25/2022, foi trazido a baila no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os fatos acima mencionados, para que esta exigência fosse excluída, em seu voto o Conselheiro Sr. Roberto Marinho, proferiu a seguinte decisão:

“Por fim, o item “c” trata de exigência de “comprovação de vínculo jurídico com a empresa fabricante de gases medicinais, através de apresentação de cópia do contrato firmado entre a distribuidora e a fabricante com firma reconhecida, caso a empresa não seja a própria fabricante/envasadora”.

A questão é objetiva, uma vez que o documento solicitado no edital, de fato, não faz parte do rol legal e

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br

sua apresentação não pode ser imposta para fins habilitatórios em certames licitatórios". M-005: 00016785.989.22-9

Vale ressaltar, que o artigo 3º da lei 8666/93, estabelece:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

De acordo com o §1º, inciso I, do artigo 3º acima mencionado, é vedado aos agentes públicos:

"I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos

licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato" A Constituição Federal também preceitua:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou :

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ocorre que o Edital em destaque não está em consonância com a legislação e princípios constitucionais,.

Paulo:

Neste sentido já decidiu esse digno Tribunal de Contas de São

*“Assiste razão aos Representantes, porém, quanto à ausência de elementos indispensáveis à definição da logística dos cursos de treinamento exigidos (quantidade de participantes, de turmas, locais, deslocamentos, materiais necessários, etc.), e que influenciam a composição dos custos das propostas. **À Administração cumpre, assim, indicar parâmetros objetivos para que as proponentes, de forma isonômica, ofereçam preços adequados à eficaz realização da atividade (treinamento), bem como divulgar o valor orçado (artigo 40, §2º, inciso II da Lei nº 8.666/93)**”* TC-001365.989.13-6 e TC-001381.989.13-6 CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES - TRIBUNAL PLENO DE 14/08/13.

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br

E ainda, sobre este item, se torna totalmente ilegal, tal exigência, sabendo que apenas apresentando a AFE de gases de seu fornecedor, na **legislação não há o que se falar desta exigência. É necessário a exclusão da mesma urgentemente.**

d) DA AUSÊNCIA DA INSERÇÃO DA COTA RESERVADA

Ao analisarmos as condições de participação do edital em questão, consta-se que não possui cota reservada para empresas que se enquadram na situação de ME e EPP.

De maneira análoga, o pregão eletrônico nº 019/2022, processo nº 306/2022, realizado 18/03/2022 no Município de Araras/SP, no qual se tratava do mesmo objeto do edital da Nova Granada e foi aplicada a cota reservada, sendo assim, a divisão dos lotes é plenamente possível uma vez que já foi aplicado a durante anos e funcionou muito bem o programa de Oxigenioterapia do município supracitado.

Ainda, Nesse sentido, o artigo Artigo 8º, *caput*, do Decreto 8.538/2015 traz a possibilidade de divisão de 25% do objeto para contratação de empresas ME e EPP, vejamos:

“Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte”

Desta maneira, de acordo com o artigo 1º, incisos I, II e III, do Decreto 8.538/2015, o tratamento favorecido diferenciado e simplificado para empresas enquadradas como ME e EPP tem como principal objetivo: PROMOVER O



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ÂMBITO LOCAL E REGIONAL, AMPLIAR A EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS e INCENTIVAR A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Podemos citar a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União dispõe sobre o parcelamento do objeto:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Para corroborar isso, pode se consultar diversos órgãos da administração pública, onde foi aplicada a cota reservada e trouxe uma enorme vantagem financeira e operacional para a Secretária de Saúde deste município

Logo, sugerimos que o edital em epígrafe seja revisado quanto a distribuição sendo designado itens exclusivos para participação de empresas enquadradas como ME e EPP. Respeitando a Legislação Vigente e orientação do Tribunal de Contas.

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br

III- DO DIREITO

Vale ressaltar, que o artigo 3º da lei 8666/93, estabelece:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

De acordo com o §1º , inciso I, do artigo 3º acima mencionado, é vedado aos agentes públicos:

“I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato” A Constituição Federal também preceitua: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br

e, também, ao seguinte:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ocorre que o Edital em destaque não está em consonância com a legislação e princípios constitucionais.

Neste sentido já decidiu esse digno Tribunal de Contas de São Paulo: “Assiste razão aos Representantes, porém, quanto à ausência de elementos indispensáveis à definição da logística dos cursos de treinamento exigidos (quantidade de participantes, de turmas, locais, deslocamentos, materiais necessários, etc.), e que influenciam a composição dos custos das propostas. À Administração cumpre, assim, indicar parâmetros objetivos para que as proponentes, de forma isonômica, ofereçam preços adequados à eficaz realização da atividade (treinamento), bem como divulgar o valor orçado (artigo 40, §2º, inciso II da

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br

Lei nº 8.666/93)” TC001365.989.13-6 e TC-001381.989.13-6 CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES - TRIBUNAL PLENO DE 14/08/13.

Desse modo, a Carta magna preconiza que, para a participação seja assegurada a igualdade de condições a todos os concorrentes, fato este não assegurado no edital guerreado.

Os entendimentos doutrinários com respeito às revisões do edital ensinam que devem consagrar os princípios da igualdade, isonomia e competitividade, resguardando aos órgãos públicos aquisições que visam preservar primordialmente o atendimento de qualidade a população, principalmente, como é o caso em tela, produtos para saúde em que ficam a disposição da população.

Neste sentido, pertinente ao que se refere ao Princípio da Igualdade a transcrição da opinião da respeitosa autora Maria Sylva Zanello di Pietro.

“O principio da igualdade, constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir a administração a escolha da melhor proposta , como também assegurar igualdade de direitos a todos interessados em contratar”

Sob Idem factus o Autor Hely Lopes Meirelles enseja o a Luz do principio da Igualdade o seguinte termo:

“A igualdade entre os Licitantes é o principio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame que através de clausulas que no edital ou convite, favorece com uns em detrimentos de outro, que mediante Julgamento faccioso,que desiguale os iguais ou iguale os desiguais”

Vejamos o que nossa Corte de Contas versa sobre o assunto: SÚMULA 177 do TCU : Restrição de Competitividade A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

Acórdão 1711-12/10-2 - Segunda Câmara – Processo 007.507/2010-0 - Ministro Relator AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI 9.2.1. procure planejar melhor suas licitações, de modo a somente lançar edital após haver certeza quanto às especificações dos bens a serem adquiridos em face das reais necessidades que motivaram a intenção de contratá-los, a fim de evitar riscos de aquisição de bens com especificações excessivas, desnecessárias e que causem injustificada elevação dos custos, mormente quando há alternativas que privilegiem o atendimento às demandas desse órgão e de seus programas sem perder de vista o princípio da economicidade, evitando-se, assim, situações como a verificada no Pregão 52/2009, cuja especificação culminou na estimativa de preço tão elevada que necessitou ser revogado para o lançamento de novo

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br

IV- DO PEDIDO

- a) Digne Vossa Senhoria em receber a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO, em seu inteiro teor e forma, determinando a retificação do edital;
- b) Realizar a licitação de modo Eletrônico e caso não seja possível justificar de forma técnica o motivo.
- c) Excluir a exigência do item 8.10.1 (1.1.1);
- d) Incluir a exigência do registro ou inscrição da empresa licitante no CREFITO (Conselho Regional de Fisioterapia) para comprovar a qualificação técnica no que se refere a prestação de serviços.
- e) Incluir a exigência da comprovação do vínculo do Fisioterapeuta conforme a Súmula n.º 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
- f) Inclusão da Cota reservada para ME e EPP.
- g) Que seja reaberto o prazo inicial de divulgação do edital conforme os termos do §4º do art. 21 da Lei 8.666/93;
- h) Observância do §1º do art. 12 do Decreto 3.555/00;
- i) Remessa dos autos para a análise da Secretária de Saúde e Setor Jurídico;
- j) Remessa dos autos para análise do Ministério Público e Tribunal de Contas;

Nestes termos, P. Deferimento, como medida de JUSTIÇA!

Embu das Artes, 23 de Setembro de 2022.

Evellyn Potarcio
Gerente Jurídico
OAB/SP 370.544
superarmed@superarmed.com.br

Wiliane Gomes Nepomuceno Cunha
Coordenadora Comercial
Crefito-3 205113-F
RG nº. 2005028005645
CPF: 03599601380
comercial@superarmed.com.br
(11)4321-1210

CNPJ: 23.643.895/0001-88 | Inscrição Estadual: 298.248.230.110



11 4321 1210
11 4321 1220



superarmed@superarmed.com.br



Rua Pola de Rezende, 11
Bairro: Cercado Grande
Embu das Artes/SP

www.superarmed.com.br